

**UDIPSS
LISBOA**

UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE LISBOA

Nº2 / JUNHO 2022



**DE PESSOAS
PARA PESSOAS**

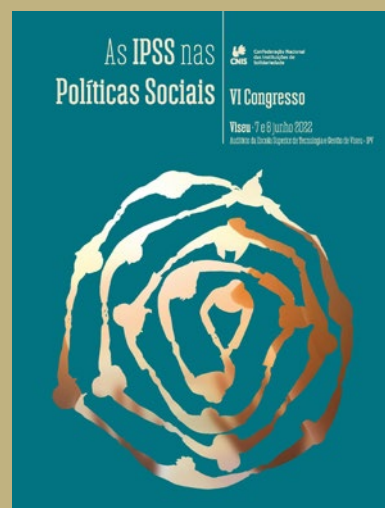
UIPSSDB BRAGANÇA COMEMORA 20 ANOS



ATUALIDADE

QUANDO O SISTEMA FALHA

Duas opiniões sobre a
proteção de crianças e jovens
em risco ou perigo



CONGRESSO DA CNIS

Debate sobre o papel das
IPSS nas Políticas Sociais



CONHEÇA A IPSS

**ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA DE
PSICOGERONTOLOGIA - APP**



DE PESSOAS PARA PESSOAS



JOSÉ CARLOS BATALHA,
PRESIDENTE DA DIREÇÃO

O setor social é, por excelência, o setor que trabalha com pessoas e para pessoas.

Temos, no lado das instituições, pessoas de todas as origens, diferentes qualificações e até de diferentes nacionalidades. E temos, do lado dos nossos utentes, pessoas de todas as idades, histórias de vida, famílias de todos os formatos, pessoas com expectativas e vontades diversas.

A todos eles, o setor deve dar uma resposta célere, eficaz, que seja promotora de bem-estar físico e psíquico, ajudando, desta forma, a construir uma sociedade mais feliz.

Olhemos agora para o que se passa.

Os salários são baixos para uma mão de obra que deve ser qualificada e que tem inúmeras exigências ditadas pelas entidades oficiais.

Os utentes das IPSS só entram nos discursos em determinadas ocasiões.

A resposta social, quando há uma emergência como a troika, a pandemia COVID ou o acolhimento de refugiados de uma guerra, é dada prontamente pelas instituições. Sempre na primeira linha! Mas o Estado Central não pergunta ao setor social se tem dinheiro, se tem recursos humanos, técnicos, espaço, etc. Já sabe que a resposta é dada, e sempre com a melhor qualidade possível.

Poderia até citar mais alguns exemplos...

Está na altura - como se afirmou no Congresso da CNIS, em Viseu - de criar uma "entidade ou órgão... que assegure a regulação na pluralidade e na diversidade" das instituições. Está na hora de definirmos como queremos prestar o nosso serviço, nas diferentes vertentes: apoio social, educação, saúde, infância, adolescência, terceira idade, etc. Isso exige um debate sério, com personalidades que acrescentem valor. A UDIPSS Lisboa está disponível para incentivar/liderar esse debate na região do distrito de Lisboa. ●●

ASSEMBLEIA GERAL DA UDIPSS LISBOA



No dia 7 de Maio, realizou-se a Assembleia Geral da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa, para aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2021.

Várias IPSS Associadas marcaram presença na reunião, que teve lugar na Associação de Beneficência “Casas S. Vicente de Paulo”, em Lisboa.



SESSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE CENTRO DE DIA E CRECHE

Realizou-se, no dia 2 de Junho, uma Sessão de Informação destinada a diretores técnicos e dirigentes, conduzida pela assessora jurídica da UDIPSS Lisboa, Ana Cristina Oliveira.

A sessão de abertura contou com a presença do presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha.



CICLO DE DEBATES 2022

A UDIPSS Lisboa, a UDIPSS Setúbal e a UDIPSS Santarém vão organizar um Ciclo de Debates sobre “A importância económica e social das IPSS em Portugal”.

Lisboa irá promover o debate sobre a Sustentabilidade das IPSS; Santarém, sobre a questão da Cooperação; e Setúbal, a problemática da Pobreza.

O primeiro debate decorreu em Setúbal, a 5 de Julho, com o tema “O empobrecimento da sociedade e o papel das IPSS”.

QUANDO O SISTEMA FALHA

O país foi sacudido pela tragédia de mais uma criança que passou para a atualidade das notícias devido à brutalidade da sua morte. Quem falhou? Quem devia proteger esta e outras crianças que estão em risco? Como é que o sistema social não consegue evitar o desfecho fatal?

Procurámos respostas juntos de dois dirigentes da UDIPSS Lisboa - Manuel Melo Gomes (Centro de Promoção Juvenil – Casa da Estrela) e André Rica (EMDIIP – Equipa Móvel de Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce).

SOCIÉDADE 7 de fevereiro 2019 às 14:30

A história de Joana, morta pela mãe e pelo tio, que chocou o país em 2004

Tio terá confessado que deu os restos mortais da menina aos porcos



Polícias recebem cada vez mais denúncias de violência contra crianças

PSP e GNR registaram 9913 queixas em 2021, às quais se somam 4611 já este ano | Juíza diz que sensibilidade social explica aumento oficial de casos

S P.4 E5

JÉSSICA, DE 3 ANOS, MORTA EM SETÚBAL

PJ INVESTIGA RESPONSÁVEIS POR MAUS-TRATOS

Manuel Melo Gomes, vogal da Direção UDIPSS Lisboa; presidente da Direção Casa da Estrela

“NENHUMA CRIANÇA PODE SER ESQUECIDA”

- O que se entende por crianças em “risco” e “perigo”?

Crianças e jovens em perigo são as que estão socialmente em situação de instabilidade familiar e social, necessitando de acompanhamento, ou mesmo institucionalização, para promoção de integração social.

Crianças e jovens em risco são as que, na sequência de situação social de perigo, acabam por cometer ações que configuram crime ou entram em fase de consumos e necessitam de serem acolhidas em instituições contentoras especializadas.

As crianças e jovens em perigo podem ser acompanhadas em conjunto com a família, através Centros de Acompanhamento Familiar e Apoio Parental (CAFAP), ou serem acolhidas em Casas de Acolhimento (não contentoras), antigamente designadas como Lares de Infância e Juventude (LIJ).

- A propósito do caso da criança morta em Setúbal (e independentemente do que está a ser investigado), que leitura faz?

A propósito da criança morta em Setúbal, no dia 20 de Junho, independentemente do que está a ser investigado, a meu ver, tratou-se dum crime hediondo que poderia ter sido evitado.

Para além da investigação criminal, é importante apurar o que falhou a propósito de acompanhamentos sociais que a família e a criança necessitavam e, encontrar procedimentos adequados que evitem casos semelhantes.

- O que falhou na proteção desta criança? Da família?

Na proteção desta criança, como parece evidente, falhou tudo. Aquela criança já havia sido sinalizada em perigo há bastante tempo. Não se entende como é que a Jéssica continuava a andar à sorte e a família sem acompanhamento.

- Uma criança que esteve sinalizada não deve sair do “radar” da CPCJ?

A CPCJ existe para assegurar a proteção de crianças e jovens.



Nenhuma criança pode ser esquecida. Estando sinalizada por uma CPCJ, a resposta é óbvia. Deve ser acompanhada até a cessação da situação de perigo ou até atingir a maioridade.

Por vezes sucedem atrasos nas decisões relativas a ações a desenvolver para o adequado futuro equilibrado das crianças sinalizadas; atrasos muito significativos, decorrentes de dificuldades de contactos entre entidades: CPCJ, Tribunais de Menores, EMAT (Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais) e Segurança Social. Isto são situações que devem ser revistas e adotados os procedimentos →

necessários para evitar atrasos nas tomadas de decisões concernentes ao equilíbrio do adequado desenvolvimento de crianças e jovens sinalizados.

Neste caso particular, em que parece existirem jovens da mesma família já sinalizados e acolhidos em instituições, é difícil entender o eventual esquecimento. É necessário saber onde foi que o processo emperrou e aplicar as medidas adequadas para que não se repita.

- Os critérios de avaliação de risco/perigo do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens devem ser alterados?

Quando a CPCJ sinaliza uma criança em perigo, o que deve ser feito imediatamente é a avaliação da estabilidade da família e, identificado o perigo para a equilibrada socialização da criança, determinar o acompanhamento da família, a institucionalização ou a adoção por outra família, mas todas as entidades que participam na decisão e acompanhamento, devem estar bem articuladas, como já foi referido anteriormente.

Estes procedimentos, habitualmente, têm sido muito lentos, dada a falta de articulação entre diversas entidades. Identificada a situação de perigo ou risco, a decisão de acompanhamento ou institucionalização arrasta-se por vezes por vários anos, o que é, obviamente, contraproducente para o adequado desenvolvimento da criança e para o equilíbrio social.

No caso de institucionalização, havendo sinais adequados, devem ser proporcionados procedimentos para a reintegração familiar, avaliada por uma equipa técnica que acompanhará o respetivo desenvolvimento.

Não sendo possível a reintegração, deverá ser promovido apoio à criança/jovem para desenvolvimento de autonomia equilibrada.

- Qual o contributo das IPSS que trabalham na área da promoção e proteção das crianças e jovens?

As IPSS que trabalham na promoção e proteção das crianças e jovens em perigo e risco, promovem o acompanhamento das crianças acolhidas e procuram dar apoio às famílias, prestando aconselhamento de equilíbrio social

para que as crianças ou jovens regressem à família.

Às crianças e jovens que não é possível reintegrar nas famílias, são-lhes proporcionados estudos adequados a cada personalidade e, dada uma visão social equilibrada para que se venham a integrar plenamente, contribuindo para um melhor equilíbrio social.

Não havendo necessidade de retirar as crianças à família, os CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental) apoiam as famílias em situações sociais difíceis e promovem o aconselhamento parental para evitar que as crianças entrem em situação de perigo, ou mesmo risco e sejam encaminhadas para casas de acolhimento.

- Pode partilhar algum caso da Casa da Estrela que possa ser exemplo de boas práticas ou que represente os desafios e dificuldades que têm de enfrentar, quando há uma criança ou jovem para proteger?

Na Casa da Estrela, apenas em 2022 começamos a receber rapazes. Acolhemos meninas, desde 1897 e temos visitas frequentes de ex-educandas, o que reflete o trabalho desenvolvido pelas diversas equipas.

Estamos a desenvolver uma casa de pré autonomia para os jovens acima de 16 anos, que tenham evidenciado capacidade para uma autonomia equilibrada. Na casa de pré-autonomia, os jovens terão apoio e aconselhamento, promovidos em visitas assíduas pela equipa técnica.

Na casa de pré-autonomia, ser-lhes-á atribuída gestão de recursos, também acompanhada, para que fiquem com uma noção objetiva do dia a dia quando forem autónomos.

Temos também em execução o acompanhamento de algumas famílias das crianças ou jovens acolhidos, para promover o equilíbrio social e eventual reintegração familiar.

Neste projeto, já em execução, seria importante podermos contar com a colaboração de técnicos externos, em colaboração com a equipa técnica da Casa da Estrela, para acompanhar e promover o equilíbrio social das famílias, sem o peso do dia a dia dos jovens, promovendo aconselhamento adequado. ●●



André Rica, vogal da Direção UDIPSS Lisboa; presidente da Direção EMDIIP
- Equipa Móvel de Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce

“O QUE FALHOU À JÉSSICA, FOI UM PAÍS!”

- A propósito do caso da criança morta em Setúbal (e independentemente do que está a ser investigado), que leitura faz?

A primeira leitura a ser feita é a da perda! Sempre que surge a notícia de casos como este, em que se perde a vida duma criança – sem diminuir a importância de vida noutra idade – julgo que nos devemos todos entristecer! Entristecer profundamente! Pela perda, pela falha, pelo irrecuperável que é ver uma vida partir cedo de mais; injustificável, e por isso imperdoável.

Penso que o convite a esta tristeza profunda, enquanto sociedade, nos deve obrigar a todos a olhar para o que falhou, e em vez de apontar o dedo a quem falhou! Melhor: devíamos assumir o compromisso, perante a Jéssica (2022)...a Valentina (2020)... a Joana (2019).. a Vanessa (2005)... - e outras crianças cujos nomes nos deviam pesar de mágoa todos os dias – de avaliarmos porque falhamos!

Porque continuamos a falhar?! Essa é a pergunta que importa! E repare que me coloco no centro da pergunta! Entendo verdadeiramente que quando uma criança perde a vida nestes termos... estamos perante uma falha coletiva... enquanto comunidade, enquanto sociedade!

- O que falhou na proteção desta criança? Da família?

Em primeiro lugar falhou a família! Porque não conseguiu proteger... porque foi negligente... porque não teve o apoio, porque o recusou?! A investigação dirá! Mas a família é a primeira a falhar! Entendo que cada família deve ser o Castelo de cada criança! Deve ser nela que cada criança se sente protegida e vive essa proteção. Onde os seus sonhos podem ganhar forma, onde vive com amor!

Falhou a sociedade! Porque não viu?! Preferiu não ver?! Porque levou mais tempo a encontrar culpados do que causas?! Porque não conseguiu ela (sociedade) proteger uma criança da sua comunidade.



Falhou no fundo o sistema! A cooperação mútua entre família e sociedade civil falhou, e nesse desmantelamento desprotegeu-se uma criança. Desprotegeu-se um dos mais desprotegidos.

É importante que a sociedade, no seu todo, assuma que cada criança é na verdade uma missão sua! No respeito por cada família, cada criança é o bem mais precioso que cada sociedade tem! Não devemos então todos proteger cada uma das nossas crianças?! Não devemos não olhar para o lado quando algo nos preocupa?! →

Infelizmente o sistema está contaminado pela ótica do denunciante, e em vez do apoiante! Impregnado com o estigma dum sistema que condena em vez de proteger e apoiar.

- Uma criança que esteve sinalizada não deve sair do “radar” da CPCJ?

Voltamos ao ponto de que falava! Uma criança sinalizada à CPCJ – sinalizada nos termos em que há algo que preocupa a sociedade quanto ao bem-estar desta criança – é avaliada e retirado um conjunto de conclusões. Mas julga-se que a avaliação do risco feita pela CPCJ é a solução! Nem para o bem nem para o mal; a avaliação da CPCJ não é a solução! A solução são as medidas concretas tomadas para proteger esta criança! Se a avaliação determina a necessidade de apoiar a família, com medidas de suporte efetivas – então a estrutura de 1º linha deve intervir: Equipas Especializadas como os CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental), as escolas, os centros de saúde... Se a avaliação da CPCJ determina que a criança sinalizada não se encontra em risco, deve a sociedade permanecer no seu papel de vigilante/cooperante ativo. Não é por a CPCJ avaliar que não há perigo que ele nunca irá existir- ou que nunca existiu! A sociedade civil, as escolas, os vizinhos a família alargada, os centros de saúde, não se podem demitir da sua função protetora, apenas porque a CPCJ avaliou um determinado momento na vida duma criança.

A CPCJ é uma ferramenta, não é um fim! E com isto retomo o tema de porque falhamos: falhamos porque nos demitimos! Infelizmente porque nos demitimos! E este demitir, a que me refiro – e uso esta expressão porque é um comportamento que cada um de nós escolhe ter (a demissão como ato preferencial, tomado em detrimento de outras opções) - é transversal à sociedade, e começa e termina, tantas vezes nas políticas públicas de proteção de crianças. E permita-me ser transparente neste ponto – há anos que os decisores políticos se demitiram de proteger crianças neste país! Quando se desinveste nas escolas, quando se desinveste nas equipas especializadas de promoção e proteção – como sejam as CPCJ’S, as

IPSS com respostas como CAFAP’s, os centros de saúde e a política pública dum médico de família que acompanhe a vida destas crianças- quando isto acontece... o resultado de anos deste desinvestimento, resulta nestes imperdoáveis cenários.

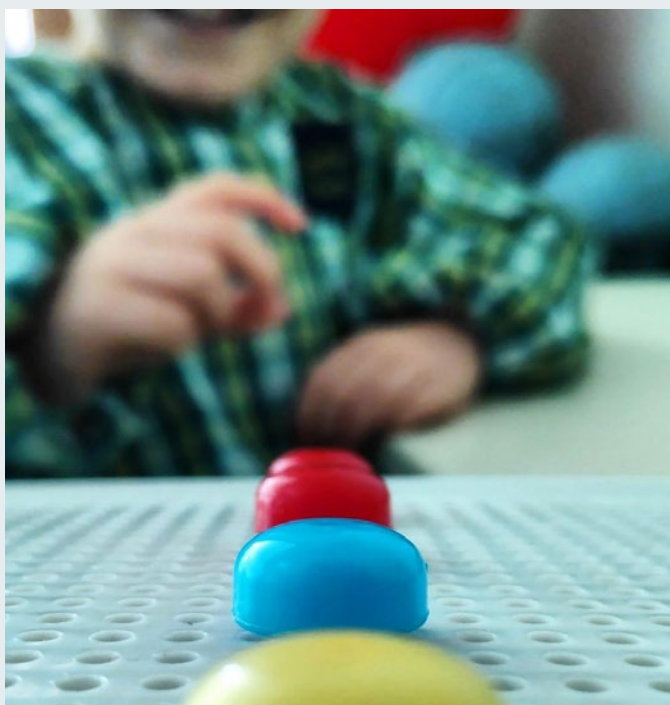
- Os critérios de avaliação de risco/perigo do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens devem ser alterados? Há já alguns casos de crianças, que estiveram sinalizadas, e que depois sofrem maus-tratos, em alguns casos também fatais, como no caso da criança de Setúbal.

Não são os critérios que devem ser alterados! Já tive oportunidade de dizer que o nosso modelo é um dos melhores! Simplesmente falham-nos as ferramentas há anos. E quando as ferramentas falham, quando o investimento em políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das crianças é reduzido ao mínimo de existência, o sistema colapsa! Porque nos demitimos de enfrentar uma realidade para a qual não temos ferramentas para reagir.

Nos casos da Joana, Vanessa e Jéssica... para todos esses... estar sinalizado não é salvação! Ter o nome numa lista não é salvação! A salvação destas crianças seria terem nascido num país que aposta na prevenção destas situações. Que desenvolve políticas e capacita instituições capazes de desenvolver respostas sociais de apoio a famílias – como prevenção e não como recuperação. O que falhou à Jéssica, foi um País! Falhou investimento! Falhou preservação!

Falhou a resposta! Falhou a sociedade! Enfim – falhamos todos, porque temos vindo a “deixar andar” este caminho de desinvestimento. Repare: um técnico especializado para acompanhar 150 famílias em risco? IPSS’s que desenvolvem respostas capazes de diminuir estes cenários, com apoio de 36% à sua atividade, sem nenhum outro tipo de apoio para manter as equipas? Esta é a realidade da nossa sociedade que se quer protetora! Tenho de assumir que atualmente não protegemos! Fazemos verdadeiros milagres! Salvamos algumas – poucas – de um conjunto largo de crianças que não somos (enquanto sociedade) capazes de acudir.





- Qual o contributo das IPSS que trabalham na área da promoção e proteção das crianças e jovens em risco ou perigo?

Prevenir, Proteger, Transformar! Diria que é este o grande apoio das IPSS's. Em especial as que desenvolvem as respostas de CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental. Estas equipas especializadas na preservação e na prevenção, são a mais-valia de muitas crianças! São respostas de proximidade, capazes de responder de imediato a famílias em situações de rutura, protegendo crianças, salvando vidas, garantindo futuro. Infelizmente nas últimas décadas a área da proteção de crianças e jovens em risco tem vindo a ser depauperada! Muito se legisla – maioria das vezes bem - sobre esta temática. Mas sem investimento estrutural que garanta o funcionamento destas equipas, em quantidade e qualidade, muitas “Jéssicas” veremos nos jornais.

Há quem defenda que a prevenção é cara! Que é impossível de ser ótima! A isso, respondo primeiro com ciência, e depois com factos! Sabemos hoje que o investimento na prevenção está na ordem de 1:10! Ou seja, cada 1 euro investido resulta em 10 euros de retorno/poupança da sociedade para futuro. Isto é ciência! Quanto aos factos: Poupar na prevenção resulta em perdas de vida! Seja na perda de vida por morte, seja pela inexistência dum futuro feliz! Pouparam-se euros em troca de vidas perdidas! Eu continuo a preferir uma prevenção longe do ótimo, a uma reação perante perdas como esta!

- Pode partilhar algum caso da sua IPSS que possa ser exemplo de boas práticas ou que represente os desafios e dificuldades que têm de enfrentar, quando há uma criança a proteger?

Poderia enumerar imensos casos de sucesso das várias centenas que a EMDIIP acompanhou nos últimos anos. Mas diria que todos eles foram de sucesso pois chegaram a tempo! Tiveram apoio a tempo! E foi possível construir com as famílias – por vezes assumindo que elas não seriam a resposta – um futuro para cada uma das crianças.

O sucesso existirá sempre que não nos demitirmos da nossa função protetora.

Enquanto estas notícias nos fizerem encontrar um culpado, perdendo tempo de reflexão sobre as causas – não passaremos de comentadores banais!

Infelizmente a Jéssica perdeu a vida porque falhámos todos. Porque não fizemos a nossa parte! Porque não soubemos exigir mais recursos para a proteger! Porque deixámos famílias à sua sorte! Porque cada um de nós entendeu que outro alguém faria o que era preciso!

Foi a Jéssica que perdeu a vida. Viveu 3 anos sem que fosse protegida: pela sua família, pela comunidade, pelo sistema de proteção.

Enquanto o sistema de proteção de crianças e jovens não for uma prioridade de políticas públicas; enquanto o Orçamento do Estado não respeitar cada criança como o seu bem mais precioso; enquanto andarmos a defender crianças com recursos esgotados; haverá mais Jéssicas a perder a vida, debateremos mais... e tudo ficará como antes! ●●





ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PSICGERONTOLOGIA - APP

A **Associação Portuguesa de Psicogerontologia-APP**, Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, de âmbito nacional, dedica-se, desde a sua formação em 1998, às questões biopsicológicas e sociais inerentes ao envelhecimento e às pessoas idosas; visa a promoção da dignidade, respeito, saúde, autonomia, participação e segurança das pessoas idosas, num quadro de envelhecimento ativo e de solidariedade entre gerações; com vista a uma sociedade mais inclusiva para todas as idades, promove novas mentalidades e combate estereótipos negativos relativamente à idade e ao envelhecimento.

Público-alvo e principal atividade desenvolvida pela APP

A Direção da APP tem-se empenhado na defesa da dignidade das pessoas idosas e tem vindo a fazer um esforço, cada vez maior, num contexto de contenção de despesas, recursos humanos e financeiros limitados. Tratando-se de uma entidade sem fins lucrativos, os Corpos Sociais da APP dão o seu contributo de forma totalmente voluntária e no cumprimento dos estatutos da Associação.

Tendo em atenção a diversidade de carências, de atuação/informação/formação, a Direção, sem negligenciar intervenções pontuais noutros sectores, entendeu definir três áreas como prioritárias:

A **Informação** cada vez mais frequente e procurando chegar progressivamente a mais pessoas de forma rigorosa e em linguagem acessível, utilizando os meios ao alcance da APP, nomeadamente E-mail, Site, Newsletter e Facebook.

A **Visibilidade** da APP através da emissão de pareceres, opiniões, artigos e participação em programas televisivos sobre assuntos ligados ao envelhecimento, às pessoas idosas, e em geral à Gerontologia e Psicogerontologia, bem como da representação, participação e parceria na realização/organização periódica de conferências, palestras, para chamar a atenção quer da sociedade, quer das entidades oficiais e da comunicação social, sobre a necessidade de formação e preparação dos prestadores de cuidados profissionais e informais e da população em geral, para uma resposta adequada e eficaz.

A **Representatividade** da APP nos órgãos sociais de Instituições do 3º Setor tais como a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade-CNIS, a União Distrital



Maria João Quintela, presidente da direção APP

das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa-UDIPSS- Lisboa, Federação das Instituições da Terceira Idade-FITI e Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia-SPGG.

Nas iniciativas em que participa, a APP procura dar a conhecer a Instituição com vista à angariação de novos associados como um instrumento para ajudar a divulgar as iniciativas da APP, informação sobre eventos e promover a discussão sobre temas relacionados com o envelhecimento.

Iniciativas realizadas

No âmbito da Informação e numa perspetiva multidisciplinar e de parceria, e de uma visão global das questões sociais, individuais e ambientais relacionadas com a Gerontologia, a Psicogerontologia e a Geriatria, a APP divulga no site e página de Facebook, informações de diversas Organizações, entre as quais: Associação Portuguesa de Apoio

à Vítima – APAV, Alzheimer Portugal, União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa – UDIPSS Lisboa, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade–CNIS, Federação das Instituições de Terceira Idade – FITI, União das Mutualidades Portuguesas, Direção-Geral da Saúde e outros Serviços de Saúde e da Segurança Social, Associação Amigos da Grande Idade, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida – ISPA, Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE, Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica, Faculdade de Medicina de Lisboa, Instituto CRIAP, Fundação Montepio - Sector Social, Montepio Seguro Voluntariado - Soluções Sector Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – SCML, Fundação Calouste Gulbenkian, Cáritas Portuguesa, Pastoral da Saúde, Confederação Portuguesa do Voluntariado, Rede Social de Lisboa, EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza Portugal, Fundação Portuguesa de Cardiologia, Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia – SPGG, Sociedade Espanhola de Geriatria e Gerontologia, Cruz Vermelha Portuguesa, Associação Portuguesa dos Nutricionistas, Confederação Nacional para a Deficiência Mental, Observatório Português dos Sistemas de Saúde, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Associação Nacional Interdisciplinar da Economia Social – ANIES, Edições Técnicas, Lda – LIDEL e muitas outras Instituições e Organizações Não Governamentais, Autarquias, Câmaras Municipais e Instituições Internacionais como a Organização Mundial de Saúde – OMS e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE.

Das principais publicações realizadas pela APP, destacamos:

Folheto sobre a Prevenção Rodoviária com as Pessoas Idosas

Livro dos 10 anos do Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro 2012-2021

Sabia que:

... nos acidentes rodoviários ocorridos no ano de 2011:

- ✓ 15% dos condutores envolvidos em acidentes tinham 60 ou mais anos.
- ✓ 29% dos condutores vítimas mortais tinham 60 ou mais anos.
- ✓ 35% dos mortos tinham 60 ou mais anos, enquanto 15% tinham 24 ou menos anos.

Patrocínios / apoios:

SPGG, Instituto de Segurança de Portugal, LISBOA, 13.07.2015, CNIS, Fundação D. Pedro IV, GNR, INATEL.

CONDUZA COM SEGURANÇA

"Precaução na condução = Garantia na segurança"

A mobilidade promove autonomia, bem-estar e felicidade

"O condutor de hoje pode ser o peão de amanhã, respeite-se!!!"

A Cerimónia comemorativa dos 10 anos do Prémio Envelhecimento Ativo Dr.^a Maria Raquel Ribeiro, 2012-2021, realizou-se no dia 1 de outubro de 2021, em formato digital.



Folheto HabitAÇÃO Segura – Grupo de Ação APP HABITAT

Com o objetivo de difundir conhecimentos atualizados em Psicogerontologia destacamos também as seguintes participações e colaborações:

- Curso Avançado em "ENVELHECIMENTO ACTIVO. Responsabilidades e Desafios" no ISPA;
- Seminário Temático dedicado ao "Envelhecimento Ativo e Saudável" integrado na 10ª Edição da Pós-Graduação em PSICOGERONTOLOGIA, realizada pelo ISPA em parceria com a APP;
- Tertúlia – "O envelhecimento e a sociedade" integrada no "8º Encontro de Psicogerontologia" realizado pela Universidade Lusíada;
- Debates e divulgação de matérias referentes à Psicogerontologia e Gerontologia, à Reforma, à Saúde, aos Netos, aos Avós, etc., nos Media;
- Notícias Magazine– Entrevista/Artigo, "avós e netos: como se lida em tempos de pandemia com o tempo perdido";
- Revista Prevenir, "65 anos: quais os novos desafios";



O Prémio Dra. Maria Raquel Ribeiro apresenta, este ano, a 11ª edição. Balanço?

A Associação Portuguesa de Psicogerontologia, com o apoio e colaboração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Fundação Montepio, instituiu no dia 1 de outubro de 2012, Dia Internacional das Pessoas Idosas, o Prémio Envelhecimento Ativo Dr.^a Maria Raquel Ribeiro. Este Prémio simboliza a luta pela dignificação do ENVELHECIMENTO ATIVO (conceito da Organização →

Mundial da Saúde) e da longevidade, com o duplo propósito de homenagear a Senhora Dr.^a Maria Raquel Ribeiro, figura ímpar da Segurança Social, precursora de muitas das estratégias de intervenção ora consolidadas e que introduziu o tema do Envelhecimento em Portugal, e, por outro lado, homenagear cidadãos longevos, com 80 ou mais anos de idade, que se mantêm ativos e interventivos na sociedade portuguesa e, assim, contribuir para combater estereótipos negativos relativamente a idade e ao envelhecimento, e, não menos importante, dando-lhes voz ativa e visibilidade como exemplos.

São selecionadas pessoas singulares, com 80 ou mais anos, que residam em Portugal ou que sejam de nacionalidade portuguesa, e que se destaquem nos seguintes domínios: Intervenção Social; Arte e Espetáculo; Ciência e Investigação; Política e Cidadania; Ética e Saúde; Família e Comunidade.

É o primeiro e único Prémio Português de Envelhecimento Ativo, dedicado a pessoas com 80 ou mais anos, franja da população tantas vezes esquecida e desvalorizada.

Este ano de 2022, teremos a realização da 11.^a Edição da cerimónia do Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro que irá realizar-se previsivelmente em formato híbrido no dia 3 do mês de outubro de 2022, tendo em conta os imponderáveis da pandemia Covid-19.

Será a primeira edição sem a Senhora Dra. Maria Raquel Ribeiro, Monsenhor Vítor Feytor Pinto, o Dr. Acácio Catarino e sem o nosso vice-presidente Dr. Wolfgang Gruner, entre nós, todos tendo partido em 2021, aumentando a nossa

responsabilidade e determinação para a continuidade da realização deste Prémio e do aprofundamento da mensagem que ele encerra.

O Júri da 11.^a Edição do Prémio a realizar este ano, constituído por Maria Virgínia Brás Gomes, que preside em representação de Monsenhor Vítor Feytor Pinto, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e da Dr.^a Maria Raquel Ribeiro, com o apoio da Vogal da Direção, Dra. Maria José Carrilho, e pela Dr.^a Maria Julieta Mendes Martins, em representação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Prof.^a Dr.^a Andreia Jorge Silva, em representação da Direção Geral de Saúde, a Dr.^a Brenda Johnson, em representação do Instituto da Segurança Social, e a Dra. Margarida



Bleck da Silva, em representação da Fundação Montepio, deliberou conceder a mais seis personalidades de reconhecido mérito, o Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro 2022, em sinal de reconhecimento pela atividade que desenvolvem de longa data e que mantêm, e de agradecimento pelo seu espírito e atitude perante a vida, e como exemplo a transmitir à sociedade.

O Alto Patrocínio de Sua Ex.^a o Presidente da República, desde 2019, deu ao Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro um reconhecimento de especial relevância e reforçou significativamente a mensagem positiva que é indispensável continuar a promover relativamente aos nossos mais velhos e a todas as idades ao longo da vida.

O Movimento #StopIdadismo está na ordem do dia.

O que falta fazer?

É preciso pôr em prática um combate à discriminação pela idade, e face ao envelhecimento. Os princípios do envelhecimento ativo e saudável, preconizados pela Organização Mundial da Saúde, e de Uma Sociedade para todas as idades, e o consignado nos Relatórios das Nações Unidas, das Assembleias Mundiais para o Envelhecimento, e bem assim a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo

e Saudável, e o Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas (2005) são documentos que refletem muito trabalho já feito, e que dizem bem do muito que há a fazer...

Envolver a Educação desde a Escola, pas-

sando por todos os graus de ensino, o Trabalho, a Solidariedade, a Saúde, a Justiça, Economia, Finanças, o Planeamento, os Transportes, o Turismo, são exemplos de algumas áreas que já estiveram e poderiam voltar a estar num órgão que permitisse um trabalho interdisciplinar e multidisciplinar, para conciliar conhecimento, investigação científica e propostas para a ação.

É preciso que a palavra “velho” deixe de ser utilizada para desprestigiar, descartar e agredir. É preciso que os mais idosos sintam que estão num País que os quer vivos o mais tempo possível, e que lhes dá igual acesso à saúde e à cidadania.... Um País, uma Sociedade, amiga de todas as Idades. Uma Sociedade que considera os seus mais velhos, Património a preservar. ●●

ESPETÁCULO “EMINENTE” COM UTENTES DA APECI

Doze utentes da APECI - Associação Para a Educação de Crianças Inadaptadas partilharam o palco com cinco alunos da Performact (Curso de Intérprete de Dança Contemporânea), no espetáculo de dança inclusiva “Eminente”, realizado no 28 de Maio, no Teatro-Cine de Torres Vedras. Ficam algumas imagens registadas pela CM Torres Vedras.



REVISTA ASSINALA 30 ANOS DO CAJIXIRA

O Centro de Apoio à Juventude e à Infância de Vila Franca de Xira comemorou 30 anos, no dia 30 de junho, e assinalou a data com a Revista Especial de Aniversário, em versão digital e impressa.



ARRAIAL DA FAMÍLIA NA AZAMBUJA

O Centro Social e Paroquial da Azambuja organizou, no dia 13 de Maio, o Arraial da Família. Utentes, colaboradores e famílias divertiram-se muito!



INTERVENÇÕES PARA A PESSOA COM DEMÊNCIA

por: Cátia Lage da Cunha¹, Sónia Nascimento² e Daniela MORAIS³

¹Psicóloga na AHCMA. Licenciatura em Psicologia, Mestrado em Psicologia Social da Saúde, Especialização avançada em Psicogeriatria, Neuropsicologia Geriátrica, Psicologia Clínica e da Saúde.

²Diretora Técnica na AHCMA. Licenciatura em Psicologia Aplicada e Mestrado em Psicologia Clínica. Pós-graduação em Geriatria. Diploma de especialidade em Psicologia Clínica e da Saúde e em Psicogerontologia.

³Musicoterapeuta na AHCMA (2017-2019). Licenciatura em Sociologia com Mestrado em Musicoterapia e Pós-graduação em Psicogerontologia. Certificada pela Associação Portuguesa de Musicoterapia.

A Associação do Hospital Civil e Misericórdia de Alhandra (AHCMA) é uma IPSS, criada em 1914. No entanto, remontam ao século XVI as origens da Misericórdia de Alhandra com o início da sua atividade no campo dos mais carenciados e em 1894, foi-lhe anexado o Hospital local- Hospital de Caridade de Alhandra, que havia sido instituído em 1851 pela Marquesa da Bemposta (Subserra).

A AHCMA tem como Missão contribuir para a proteção do cidadão na velhice e em todas as situações especiais de falta de meios de subsistência através da resposta social de Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (CD), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Apoio à Comunidade.

Em 2019, a AHCMA criou um Projeto de Intervenção que foi em parte financiado pelo Hospital de Vila Franca de Xira. Durante o Projeto foram implementadas diversas atividades, entre as quais se destacam a exploração de Terapias não Farmacológicas (TNF'S) com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos residentes da Unidade



de Demência. As Intervenções não Farmacológicas designam um conjunto de técnicas de intervenção sustentadas cientificamente e que acrescentam benefícios à saúde dos adultos mais velhos (e.g. Olazarán et. al., 2010; Masatoshi et. al., 2012; Orgeta et. al., 2015).

Um estudo realizado na AHCMA sobre este tipo de intervenções mereceu a atribuição de uma Menção Honrosa à sua versão em formato de póster por parte do Júri da Delegação Regional dos Psicólogos do Sul.

Ao longo de 16 meses foram exploradas diferentes TNF'S em grupo, tais como a Terapia de Estimulação cognitiva, Musicoterapia e Treino cognitivo. A Terapia de Estimulação cognitiva engloba atividades em grupo que visam obter uma melhoria geral do funcionamento cognitivo e social. Por sua vez, o Treino cognitivo envolve uma prática regular e repetida de tarefas específicas com o objetivo de intervir em funções cognitivas como a atenção, memória, linguagem e funções executivas (Claire & Woods, 2004). Já a Musicoterapia é um processo sistemático de intervenção, no





qual o terapeuta ajuda o paciente a promover a sua saúde através de experiências musicais e da relação que se cria como força dinâmica de mudança (Bruscia, 1998).

Os 33 participantes foram selecionados de acordo com critérios de seleção específicos e a recolha de dados foi realizada em diferentes momentos de avaliação (inicial, contínua e final). O impacto das Intervenções Psicossociais na capacidade cognitiva e estado emocional foi aferido com recurso a 3 instrumentos de avaliação: Minimental State Examination/Mini-Exame do Estado Mental (MMSE), Clinical Dementia Rating/Avaliação Clínica da Demência (CDR) e Geriatric Depression Scale/Escala de Depressão Geriátrica (GDS).

Os resultados obtidos encontram-se em conformidade com o que tem vindo a ser descrito na literatura sobre esta temática, afirmando que é possível evitar ou atrasar a progressão da deterioração cognitiva, sintomas psicológicos e comportamentais associados à demência. O estudo demonstrou que, concluída a intervenção, os participantes



não apresentaram perda cognitiva e reduziram o número de sintomas depressivos, o que sugere que as TNF's podem ter um impacto positivo na manutenção das funções cognitivas e na redução de sintomas depressivos.

Verificou-se que as diferenças entre os 2 momentos de avaliação não foram significativas, levantando a hipótese de que uma maior duração das intervenções poderia aumentar o impacto no funcionamento dos participantes.

Apesar das limitações presentes no estudo, nomeadamente o tamanho da amostra e a inexistência de grupo de controlo, o trabalho desenvolvido permitiu explorar diferentes abordagens no envelhecimento patológico e traduz implicações relevantes para a prevenção e intervenção na pessoa com demência em contexto institucional.

As Atividades Terapêuticas são consideradas um complemento fundamental aos Cuidados e à Intervenção Farmacológica pelo que a AHCMA tem procurado alargar o número de Terapias, tendo atualmente disponíveis as seguintes intervenções: Estimulação multissensorial, Terapia de Estimulação cognitiva, Terapia de Reminiscências, Treino cognitivo (Informatizado), Atividade física e o Treino de Atividades da Vida Diária (AVD's). ●●



Cátia Lage da Cunha, Daniela Morais e Sónia Nascimento

Bibliografia:

Bruscia, K. E. (1998). *Defining Music Therapy* (second edition). Gilsum NH: Barcelona Publishers.

Claire, L; Woods, R. (2004). Cognitive training and cognitive rehabilitation for people with early stage Alzheimer's disease: A review. *Neuropsychological Rehabilitation* 14 (4): 385-401, disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09602010443000074>.
Olazarán, J., Reisberg, B., Clare, L., Cruz, I., Peña-Casanova, J., Ser, T., Woods, B., Beck, C., Auer, S., Lai, C., Spector, A., Fzio, S., Bond, J., Kivipelto, M., Brodaty, H., Rojo, J., Collins, H., Teri, L., Mittelman, M., Orrell, M., Feldman, H., & Muñoz, R. (2010). Nonpharmacological Therapies in Alzheimer's Disease: a systematic review of efficacy. *Dementia and Geriatric cognitive disorders*, 30:161–178 Doi: 10.1159/000316119.

Masatoshi, T., Toshihisa T., Masayasu O., Hiromitsu, K. (2012). Non-pharmacological intervention for dementia patients. *Psychiatry and Clinical Neurosciences*. Doi:10.1111/j.1440-1819.2011.02304.x1©2012 The Authors Psychiatry and Clinical Neurosciences©2012 Japanese Society of Psychiatry and Neurology.

Orgeta, V., Oazi, A., Orrell, M. (2015). Psychological treatments for depression and anxiety in dementia and mild cognitive impairment: systematic review and meta-analysis. *The British Journal of Psychiatry*. Doi: 10.1192/bjp.bp.114.148130.

CONGRESSO DA CNIS DEBATE IPSS NAS POLÍTICAS SOCIAIS



Presidente da CNIS, Padre Lino Maia, a discursar, na sessão que contou com a participação da Secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes.

Decorreu nos dias 7 e 8 de Junho, em Viseu, o Congresso da CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, com o tema "IPSS nas Políticas Sociais".

Foram vários os alertas e as propostas que saíram do encontro, realizado em formato presencial.

O presidente da CNIS, Padre Lino Maia, alertou para a sustentabilidade do setor social, defendendo o cumprimento do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado com o governo a 23 de Dezembro do ano passado, que define a comparticipação do Estado a 50% em todas as valências. O Padre Lino Maia considerou estar em causa "a sobrevivência do setor" e a possi-

bilidade de pagar melhores salários aos trabalhadores das IPSS.

Na sessão de encerramento, discursou o presidente da UDIPSS Lisboa, na qualidade de presidente da Assembleia Geral da CNIS. José Carlos Batalha defendeu que "as instituições fazem (ou deviam fazer) parte integrante do processo de desenho, de planeamento, da arquitetura das políticas sociais".

E sublinhou que "é por isso, oportuno, reafirmando o papel insubstituível que as instituições têm como pilar estruturante do nosso modelo Português de Estado Social, que se implemente um quadro de são relaciona-



Mensagem video do Presidente da República, na sessão de abertura.



Mensagem video do Primeiro-Ministro, na sessão de encerramento.

mento na cooperação tripartida entre o Estado Central, o Estado Autárquico e as instituições, na lógica do princípio da subsidiariedade, na confiança recíproca que respeite a autonomia e a identidade das instituições”. Na lista de conclusões do Congresso, destaca-se a urgência de uma “revisão do Estatuto das IPSS, considerando que as instituições são entidades titulares com direitos fundamentais” e, neste sentido, “a necessidade de clarificação de conceitos, nomeadamente de: cooperação, fiscalização, regulação, supervisão e tutela”. E também foi apontada, em jeito de proposta, a “necessidade de constituir uma entidade ou órgão (auto)legitimado pelo setor mas independente deste, integrado por personalidades reconhecidas pelo setor, com poderes (legais) que assegure a regulação na pluralidade e na diversidade, bem como a transparência (designadamente financeira e patrimonial).”



Sala cheia no Congresso.



Presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, na sessão de encerramento com Francisco Assis, presidente do Conselho Económico e Social



UIPSSDB COMEMORA 20 ANOS

A cerimónia do 20º aniversário aconteceu no dia 11 de Maio, com um encontro distrital em formato presencial, no auditório do NERBA, em Bragança. Marcaram presença 132 representantes de 43 IPSS Associadas e 25 entidades parceiras, entre eles o presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha. A União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Bragança foi criada a 20 de Abril de 2002, com o objetivo de “promover e coordenar ações que visem a cooperação, a parceria, a interajuda interinstitucional, a divulgação de boas práticas, a melhoria e qualificação das IPSS, bem como a consciencialização social dos cidadãos no território onde se insere”.



Paula Pimentel, presidente da Direção da UIPSSDB





SYMBIOSIS - CUIDAR DE CADA UTENTE

A nova resposta social da Fundação Victor Reis Morais foi inaugurada a 23 de Maio. Symbiosis - Soluções de Vida Sénior aposta no cuidado individual de cada utente. O complexo, localizado em São Miguel de Alcainça, no concelho de Mafra, compreende o edifício da Estrutura Residencial com capacidade para 36 utentes, um Serviço de Apoio Domiciliário Avançado para 40 utentes, e um conjunto de Casas de Vida Independente com capacidade para mais de 20 utentes. Promoção da saúde, da socialização e da segurança são objetivos do serviço prestado nas três vertentes, apos-



O presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, esteve presente na inauguração da nova resposta social Symbiosis.



tando também na comunicação com as famílias e com a comunidade local, e o recurso às tecnologias. Symbiosis dispõe de uma equipa multidisciplinar, com sociólogo, psicólogo e técnico de motricidade e animação sociocultural e equipa de cuidadores profissionais formada para este projeto.

FORMAÇÃO DIRECÇÃO TÉCNICA/DIRECÇÃO DE SERVIÇOS

A UDIPSS Lisboa vai organizar ações de formação para IPSS associadas e não associadas do distrito de Lisboa, com início em setembro/outubro, em regime misto (e-learning e presencial). A formação tem certificação e os formandos recebem o respetivo certificado.

A formação vai ter os seguintes módulos:

1. Enquadramento e funções numa IPSS
2. Articulação com Direcção
3. Articulação com outros organismos – relevo Segurança Social/Min. Saúde/Min Educação
4. O papel dos Diretores Técnicos de acordo com os Normativos Regulamentares das diversas Respostas Sociais
5. Ser Diretor Técnico: DESAFIOS

Informações adicionais serão publicadas oportunamente.

AGENDA

JULHO

Dia 16, a APPDA Lisboa - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo realiza o encerramento da temporada 2021/2022 do projeto DESAFIAR LIMITES!

OUTUBRO

Dia 1 assinala-se o Dia Internacional do Idoso.

NOVEMBRO

No dia 26, a UDIPSS Lisboa assinala 20 anos de existência.

A UDIPSS Lisboa e a UDIPSS Santarém vão promover dois debates, no âmbito do Ciclo de Debates sobre “A Importância económica das IPSS em Portugal”. As iniciativas decorrerão até ao final do ano, em datas a anunciar.

innovatiOntrail
F3M·feel the difference



Decorreu, no dia 28 de Maio, a sessão realizada em parceria pela UDIPSS Lisboa e a empresa F3M.

Este ciclo de eventos pretende “realçar as vantagens da tecnologia e fomentar a digitalização das instituições do setor social”.

O encontro contou com a participação do presidente da UDIPSS, José Carlos Batalha, e com a Vogal da Direcção da UDIPSS, Maria João Quintela.



MAIS UM EQUIPAMENTO PARA A RESPOSTA DE LAR RESIDENCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A ELO Social - Associação para a Integração e Apoio ao Deficiente Mental Jovem e Adulto, sediada em Lisboa, tem concluída a construção de mais um equipamento para a resposta de Lar Residencial. No entanto, ainda aguarda o parecer da Segurança Social.



QUEREMOS SABER...

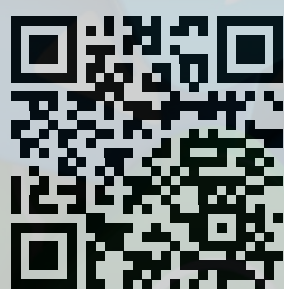
PARA DIVULGAR!

Festas, colóquios, iniciativas de desporto, dança ou lazer, artigos técnicos, opinião... o que se passa nas IPSS do distrito de Lisboa tem espaço nas redes sociais (Facebook e Instagram) e no Boletim da UDIPSS Lisboa.

Enviem os contributos para email:


udipss.lisboa.comunicacao@gmail.com


Contamos com tod@s!




UNIÃO DISTRIAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE LISBOA


 Rua Amílcar Cabral, nº7, r/c - D, 1750-018 Lumiar, Lisboa

 21 758 1024

 secretariado@udipss-lisboa.pt

 www.udipss-lisboa.pt

 <https://www.facebook.com/UDIPSS.Lisboa.oficial>

 https://www.instagram.com/udipss_lisboa_oficial/